



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 09/2025

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação da Presidência de **ÂNGELA MARIA DE AGUIAR DA SILVA**, e na presença das seguintes representações:

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES INSCRITAS NO CMAS:

1. CORAS CRISTAL

- Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor

Titular – Jurema Barbosa

2. CORAS PARTENON

- Instituto Vida Solidária

Suplente – Diego dos Santos Centeno

3. CORAS RESTINGA 2

- Associação Beneficente Amurt-Amurtel

Suplente – Maria Guadalupe Casal

4. CORAS LOMBA DO PINHEIRO

- Instituto Cultural São Francisco de Assis

Titular – Lucila Corrêa da Rosa

5. CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES

- Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher

Titular – Iara de Fátima Bueno da Rosa

6. CORAS NORDESTE

- Clube de Mães Bárbara Maix

Titular – Aline de Almeida Xavier

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADE E/OU REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES

DO SUAS:

9. CORAS NOROESTE

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Maria Luiza Coletto Imbert

10. CORAS RESTINGA 1

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Ângela Maria de Aguiar da Silva

12. CORAS GLÓRIA

- Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10º REGIÃO

Titular – Heloisa Helena Leão Viñolo

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES DE ORGANIZAÇÃO E/OU REPRESENTAÇÃO DE USUÁRIOS:

13. CORAS EIXO BALTAZAR

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Tânia Mara da Silva Garcia

15. CORAS ILHAS

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Juramar Vargas

16. CORAS EXTREMO SUL

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Dirlene Conceição da Silva

18. CORAS CENTRO SUL

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

19. SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular – Vera Regina Ponzio Hecker

Titular – Kátia Patrícia de Oliveira

Suplente – Alexandre Silva dos Santos

20. SMGOV - Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural

Titular – Carlos Fernando Simões Filho

Suplente – Bruno Beltrame de Oliveira

21. SMIDH – Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano

Titular – Francisco Ferrari

Titular – Marcos dos Santos Valasco

22. SMED – Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

Suplente – Sandra Regina Castro de Aguiar

Titular – Cristiane Fernandes Silveira Dalfert

25. SMS - Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Fernanda Kerbes

26. SMAP - Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio

Titular – Michele da Luz Domingos

27. SMPG – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Titular – Alexsandra Karine Conte

29. DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação

Suplente - Igor Silva Mendonça

30. SMC – Secretaria Municipal de Cultura

Titular – Gabrielle Kirst Peixoto

31. SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança

Suplente – André Luis de Oliveira Ribeiro

FALTAS JUSTIFICADAS:

11. CORAS NORTE

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Maristela Anselmo

ASSESSORIAS DO CMAS:

Almadiva Gomes do Valle e João Fabiano, **Secretária Executiva do CMAS**; Jucemara Beltrame, **Assessoria Jurídica CMAS**; Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do CMAS**; e Patrícia Costa, **taquígrafa**.

PAUTA:

1. Aprovação de Ata;

2. Comissão de Normas:

- **Manutenções de 2025**
- **Manutenção 2023 – Centro Comunitário da Vila Alto Erexim**

3. Comissão de Fiscalização:

- **FEAS – Estadia Solidária**
- **FNAS – PSE – Casa de Passagem**
- **FNAS – PSE recurso para elevador da Unidade localizada na Rua Souza Reis.**

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 14h39min:

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Boa tarde aos conselheiros e às conselheiras. Vamos dar início à nossa plenária do dia 16/06/2025, iniciando às 14:39. Inicialmente, em nome da Executiva, eu quero dar parabéns a todos os conselheiros e conselheiras pelas pré-conferências realizadas nos territórios. Na sexta-feira, a gente teve a

última pré-conferência. A Executiva acompanhou todas as pré-conferências e a gente quer dizer aqui que a gente viu o esforço das conselheiras e dos conselheiros para garantir que as pré-conferências fossem acolhedoras, tratassem do tema e que todo mundo fosse muito bem acolhido. Então, primeiro, aqui em nome da Executiva, deixar os parabéns. Agora a gente entra para uma nova etapa, que é exatamente o que a nossa Secretária Executiva Almadiva vai fazer neste primeiro momento, que é para a gente tratar um pouco da questão de como vão estar encaminhando, que todo mundo ficou muito ansioso em relação, e agora, como é que a gente encaminha? Então, a *expert*, Doutora Almadiva falará para nós. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Bom, assim, pessoal, a gente conseguiu concluir o link, todo correto, hoje de manhã. Quem é da sociedade civil, vocês receberam um passo a passo junto com a pauta, de como fazer, incluir os dados da pré-conferência no Google Forms. Então, a gente vai estar encaminhando, ali já está o link, mas a gente vai encaminhar o link por e-mail para todos os conselheiros da sociedade civil. E aí os conselheiros podem encaminhar para quem vai fazer, às vezes não é o conselheiro que faz, é alguém da CORAS, encaminha para quem vai fazer o preenchimento dos dados. Ali tem, no primeiro momento, vocês vão informar, tem o meu e-mail, Gmail, porque foi feito a partir de um Gmail, então foi usado o meu Gmail, meu e-mail. Se vocês quiserem alterar, vocês podem alterar, desde que seja um Gmail, não tem problema, ou mantenham o meu, também não há problema. Vocês vão sinalizar a região que vocês fizeram a pré, vão indicar o nome de quem está preenchendo os dados, vão colocar o número total de participantes, o de usuário, de trabalhadores, de entidades, de governo, e se vocês vão tirar do credenciamento, do instrumento de credenciamento. E aí, na seguinte página, vai se inserir as propostas, duas para o Município, uma para o Estado, para a União, no Google Forms. Daí vai a mesma questão, na terceira página é o eixo 2, quarta página o eixo 3, quinta página o eixo 4 e a sexta página o eixo 5. Na sétima página, vocês vão inserir a relação de delegados, ou seja, vocês vão ter que digitalizar o documento que foi escrito, tem que digitalizar para depois inserir no Google Forms a relação de delegados de entidades, de trabalhadores e de usuários. Eu fiz um passo a passo, eu fiz todo o preenchimento para ver como que funcionava, vi que tinham alguns erros, eu já corriji com as gurias, por isso que demorou um pouquinho. Então, hoje elas vão estar enviando para vocês isso. Vou estar fazendo isso agora à tarde. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Seria até hoje, dia 16. Então, nós teremos mais um prazo? Até que dia que pode mandar? Até que horário que as pessoas podem mandar? **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Eu

estou pedindo, eu vou colocar no e-mail que vocês possam entregar ainda esta semana, até sexta. Porque agora é só o preenchimento, os dados vocês já têm. Por quê? Porque daí a gente já organiza na outra semana a questão da sistematização. Quanto antes vocês puderem nos enviar, melhor. Se vocês puderem enviar amanhã, depois, não tem problema, mas eu vou dar um prazo de até sexta-feira para todo mundo enviar, ok? **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10º REGIÃO:** A Glória fez junto com a Cruzeiro. As propostas são as mesmas. Lanço duas vezes ou lanço uma vez só? **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Boa pergunta, vou ter que pensar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu acho que lança duas, porque os delegados são diferentes. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** É, eu depois já te respondo, ainda durante a plenária. Mais alguma questão? **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** A lista de presenças, não precisa mandar? **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Sim. Eu acho que é importante a gente ter a lista, os documentos originais, que são a relação de delegados e o credenciamento, para se houver algum problema, a gente tem o original para se referir. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10º REGIÃO:** Mais uma pergunta, eu tenho o credenciamento do pessoal da gestão. Eu mando para ti ou mando para o Drive? **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Não. Ali você vai me mandar o credenciamento de toda a pré: gestão, usuários, trabalhador e entidade. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** E quem tiver alguma dúvida, aqui tem o passo a passo, mas às vezes quando a gente vai preencher, aparece alguma dúvida. Gente, se tiver algum problema, porque a gente sabe que a ideia era que fossem fazendo as pré e encaminhando, mas bom, deu problema, não conseguimos, vamos estar fazendo isso a partir de hoje. Acho que quem tiver dificuldade, entra em contato antes para daí a gente ver se pode auxiliar de alguma forma, para ninguém correr o risco de ficar com as suas propostas fora, ok? A outra questão é o seguinte, então, como eu disse, nós encerramos na sexta-feira todo o processo das pré-conferências, agora vai entrar o processo da sistematização e da organização de toda a conferência. O que acaba exigindo muito da equipe do Conselho Municipal. Por isso, a gente tem conversado, hoje de manhã a gente conversou de que as comissões vão ficar suspensas até após a conferência. Porque senão as gurias não vão dar conta de encaminhar o que precisa ser

encaminhado da conferência e nem o que for encaminhado das próprias comissões. Então, o que está se trazendo como sugestão é de que as comissões voltem a funcionar no encerramento da conferência. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Eu acho que isso aí da suspensão das comissões, eu acho que é válido. Eu só queria registrar que nós temos a expectativa de alguma coisa urgente na Comissão de Políticas, e se isso vier, acho que a gente precisa avaliar, para ver essa excepcionalidade, que é a questão do Projeto da Operação Inverno. Se nós formos esperar até terminar o processo da conferência, nós já vamos estar no verão. Então, a excepcionalidade, se vier, a gente poder estar combinando. Nesse sentido aí, só isso. Não estamos estabelecendo, mas se vier a gente poder pensar nessa excepcionalidade. É preferível apontar agora do que depois voltar atrás naquilo que a gente decidir. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS:** E quanto ao que a Iara fala, tem que ver quem é da Comissão de Política, porque só está eu e a Iara. É preciso que os outros que estejam na Comissão de Política se apresentem. É necessário, tem pauta, é pauta urgente e importante, tem que fazer a discussão. E a outra coisa que eu queria fazer, eu passei agora para o grupo da sociedade civil uma capacitação do Fundo Nacional da Assistência Social. É um encontro a partir do Rio Grande do Sul. Também é importante os membros conselheiros, técnicos, fazerem essa capacitação. E a inscrição é só até o dia 18, hoje é dia 16. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, acho que só para a gente alinhar a combinação, as comissões, então, elas ficam suspensas com exceção, pelo que eu entendi que a Iara está trazendo, é da Comissão de Políticas, se vier o Projeto da Operação Inverno. Em chegando o Projeto da Operação Inverno, a comissão vai se reunir e aí até na própria Executiva a gente pode ver. Está bem? É isso, Diva? Obrigadinho. A Diva disse que não vai poder ficar. Bom, pessoal, acho que o outro informe que a gente tem, a gente quer dar as boas-vindas à colega, a Marina, que é a colega técnica que está vindo compor aqui a equipe do Conselho Municipal, a equipe de assessoria. Está aqui há uma semana. Então, Então está se apropriando do processo, das comissões, de como funciona, chegou num momento bem calmo, inclusive. [Risos]. E daí a gente tem toda a questão das conferências, das pré, mas a colega já chegou, que era inclusive um acordo com a gestão. Agora nós estamos aguardando o agente administrativo. Então, seja bem-vinda, Marina. A outra questão é a justificativa de ausência, então, da Conselheira Maristela, da CORAS Norte, que em função de ter uma

audiência, hoje à tarde ela não pôde se fazer presente. Bom, então, vamos agora para a nossa pauta. Primeira pauta seria Aprovação de Ata 03.

1. APROVAÇÃO DE ATA;

Pergunto aos conselheiros se alguém conseguiu fazer a leitura da Ata 03. Conseguiu? Tem alguma questão, Lucila? Não? Então, pessoal, temos só a Conselheira Lucila que leu. Desculpa, Jurema, não tinha visto, então, a Jurema. Então, vamos encaminhar à votação. Aqueles conselheiros que aprovam? **Marcos dos Santos Valasco (T), Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Só uma questão, é que ainda aparece como SMDS na secretaria, agora é SMIDH. Mas é só essa questão. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Ok. Então, em votação, aqueles conselheiros que aprovam a Ata 03, por favor, levantem o crachá. Podem baixar. Quem discorda? Abstenções? Quatro. Então, **APROVADA A ATA 03/2025.**

2. COMISSÃO DE NORMAS:

- **Manutenções de 2025**
- **Manutenção 2023 – Centro Comunitário da Vila Alto Erechim**

Vamos para a Comissão de Normas. Alguém da comissão quer fazer a leitura? Alguém da mesa pode ler? **Carlos Fernando Simões Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural - SMGOV:** Demandas da Comissão de Normas: Plenária 16 de junho de 2025. Manutenções aprovadas: **SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO, CORAS Centro.** Aprovada a manutenção de 2024, Ata 23/2025 da Comissão de Normas. É serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. **ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA SAGRADA FAMÍLIA, A CASA, CORAS Cristal.** Aprovada a manutenção de 2025, Ata 23/2025 da Comissão de Normas. É um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos e 11 meses. **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE JESUS, CORAS Cruzeiro.** Aprovada a manutenção de 2025, Ata 23/2025 da Comissão de Normas. É um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos e 11 meses e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos. **ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NOSSA SENHORA APARECIDA, AMNSA, CORAS Glória.** Aprovada a manutenção de 2015, Ata 23/2025 da Comissão de Normas. É um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos e 11 meses. E a última, **CENTRO COMUNITÁRIO DA VILA ALTO ERECHIM,** da Coras Centro-Sul.

228 Aprovada a manutenção de 2023. É Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de
 229 6 a 14 anos. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê**
 230 **Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Só que o Erechim estava na pauta da
 231 semana passada, não estava? **Fabiana Gross Reinehr, Assessoria Técnica do CMAS:** Ela
 232 foi discutida na Executiva para vir na ata. Foi a Executiva que fez as que estavam em atraso.
 233 Para colocar no mesmo esquema, né? Para colocar em dia as que ficaram para trás, dos anos
 234 anteriores. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 235 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Que é a única que corresponde a
 236 2023. As outras são 2025. Pergunto se os conselheiros dos territórios têm alguma questão em
 237 relação às entidades apresentadas? Ok? Em votação, então, aqueles conselheiros que
 238 concordam com o parecer da Comissão de Normas, por favor, levantem o crachá. Pode baixar.
 239 Contrários? Abstenções? Então, **APROVADO O PARECER POR UNANIMIDADE.** **Iara**
 240 **de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS**
 241 **HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Eu queria só fazer um apêndice, já que é Comissão de Normas
 242 e a Comissão de Normas que tratam de registro. Acho que a gente precisa fazer um
 243 esclarecimento a respeito de algumas dúvidas que têm surgido em alguns espaços. Por
 244 exemplo, existem os questionamentos a respeito de que o CMAS não faz inscrição provisória,
 245 não tem registro provisório. Esse item, eu e o seu Carlos Simões, a gente suscitou a discussão,
 246 inclusive, na nossa Executiva. Para ter a questão de registro provisório, tem que estar previsto
 247 na lei do CMAS, na lei ou no regimento. Quer dizer, precisa de alguma alteração. Como hoje
 248 não consta, nós não temos essa prerrogativa de fazer. A mesma coisa, e eu falo isso porque
 249 nas pré-conferências que eu fui, houve um questionamento de algumas entidades no sentido
 250 de que o CMAS não estava fazendo registro de entidade que só tem voluntários. Então,
 251 também, se for procurar na legislação, isso está na NOB SUAS. Então, não pode. Tem que ter
 252 pelo menos um funcionário registrado para poder considerar. Então, se trazer só com
 253 voluntários, não pode ter registro. E, por último, que é a grande discussão que nós tivemos
 254 aqui a respeito da perda de inscrição de uma instituição que presta um serviço importante, que
 255 é o Cadastro Único, também não pode registrar uma entidade no Conselho Municipal de
 256 Assistência Social de serviço que não é tipificado. Então, essa pesquisa eu fiz e eu achei bem
 257 importante trazer para vocês para que todos nós tenhamos a mesma posição. Não é a
 258 assinatura do presidente que manda as entidades virem aqui, que ele acerta, que ele inscreve.
 259 Não. Existe uma lei maior, do CNAS, que dá as diretrizes e nós só estamos seguindo. Então,
 260 não é uma posição do Conselho Municipal de Assistência Social em relação a esses três itens

que são os que mais pesam na questão do registro. Era isso. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS:** Eu até queria aproveitar o que a Iara traz, porque na pré-conferência do Partenon o secretário adjunto fez uma pergunta para a plenária de quem não tinha inscrição no CMAS. E não houve muitas apresentações, acho que umas três ou quatro pessoas levantaram a mão. Eu entendi aquilo porque parece que é o CMAS que é contrário às inscrições. Não! Quem quer entrar com inscrição no CMAS tem que pedir uma agenda com a Secretária Executiva e vir aqui conversar, e aí vai ser explicado tudo que precisa para ter inscrição. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Muito obrigada, Iara, por ter feito essa pesquisa. E essa fala é muito importante para todos os conselheiros, não só da sociedade civil, do governo também, porque isso fica agravante nas nossas regiões. Porque o presidente mesmo disse lá para minha região: “Não, não, não. Eu mesmo assino”. Aí eu disse: “Ah, que bom, o presidente é maravilhoso, ele vai assinar para vocês”. Eu vou deixar ele assinar. Eu vou deixar. O presidente, eu vou falar tranquilamente aqui, o secretário, ele não tem conhecimento da política da assistência. Ele não tem esse conhecimento. E digo muito tranquilamente aqui, ele é mal assessorado pela secretaria. Porque um presidente que chega numa plenária maravilhosa, que nem estava a Cristal, e diz que ele ia assinar, que o conselho, que ele não tem muito diálogo com o conselho, que os conselheiros estão travando as inscrições, é um presidente que não está preparado para ser um secretário da FASC e não tem conhecimento da política da assistência. E mal assessorado. Tranquilamente eu falo isso.

Diego dos Santos Centeno (S), Instituto Vida Solidária, CORAS PARTENON: Dentro do que o Juramar trouxe e do que a colega trouxe agora também, da nossa pré-conferência do Partenon, também surgiu esse questionamento. E o que a gente trouxe enquanto CORAS para a plenária e para o próprio secretário lá? Que a gente, enquanto CORAS, vai levar para a próxima plenária já da CORAS, montar uma equipe, montar uma capacitação. Então, a gente vai estar chamando os usuários, chamando essas entidades que ainda não têm o registro e estar instruindo essas instituições a buscar, primeiramente, a inscrição no CMDCA, para poder captar recurso, algumas entidades no COMUI, para poder também captar recurso e, em última instância, no CMAS. Então, a gente vai criar esse movimento dentro do Partenon, junto com as instituições que ainda não têm o registro, para poder preparar elas, porque muitas querem fazer a inscrição, mas elas não têm o conhecimento de como funciona, como funciona a política, quais são as regras. Então, existe muito esse questionamento e essa dúvida também de algumas entidades. Então, a gente, enquanto CORAS no território, está preparando esse

material junto com a assessoria da PUC, da LisI, que está trabalhando junto com a gente, para a gente poder dar esse assessoramento para essas instituições novas, para que elas tenham o ano que vem um registro que seja permanente e que elas consigam manter ele funcionando com tudo aquilo que fala o SUAS. **Marcos dos Santos Valasco (T), Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** A SMIDH nós trabalhamos com emendas, com OSCs e, na linha do que o colega conversou ali, primeiramente, agradeço que a gente aprende muito sobre assistência social aqui a cada reunião do CMAS. E, pegando o gancho do que a Iara falou sobre legislação ou sobre pesquisa, então, onde nós buscamos? Isso é um regimento interno do CMAS ou é uma lei municipal? Onde eu encontro, assim como a Iara encontrou para nós, para quando nós formos questionados, poder disser: “ó, está na lei tal ou está no regimento tal”. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Pode fazer só perguntar no Google. Se tu perguntar no Google, ele te dá a resposta, porque o Carlos trouxe para nós, inclusive, na Executiva, que em São Paulo é permitido, mas lá está previsto na lei deles. Nós aqui não temos. **Marcos dos Santos Valasco (T), Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Eu volto à pergunta. No nosso Município é uma questão do regimento interno nosso do CMAS ou da lei municipal? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Existe o regimento interno do conselho que ele tem que se basear na legislação federal. Então, seja o SUAS, seja a NOB-RH/SUAS, seja o marco regulatório. Então, tem algumas leis que são as leis federais e que, mesmo que seja o Conselho Municipal de Assistência Social, ele tem que ter como base. Mas esses, tanto o marco regulatório como o próprio Sistema Único de Assistência Social, como a própria questão da NOB-RH, ela estabelece as diretrizes. Mas, qualquer coisa também tem aqui a nossa assessoria técnica e tem a assessoria jurídica também que pode te fornecer com mais detalhe o que tu precisar olhar. **Carlos Fernando Simões Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural - SMGOV:** Eu trouxe esse assunto, bem como a Iara da Rosa colocou aqui agora, porque a gente mantém contato com várias cidades do país desde 2013, por causa da Copa de 14. E agora a gente voltou a se comunicar porque vai ter Copa em 2027 aí, tem todo um sistema de prevenção a violências e tudo mais. E aí eu perguntei, as mesmas colegas da época ainda são agora. E aí uma de São Paulo me falou lá. Disse: “Cara, aqui no COMAS”, lá é COMAS, não é CMAS, “a gente tem no artigo 12 da nossa resolução de inscrição, a inscrição provisória”. Então tu tem até 90 dias para postar as tuas documentações

327 e tu, enquanto instituição não governamental, tu tem até 12 meses para concluir tudo que a
 328 legislação nacional te exige, que é ter um profissional pago. Então, tu tem 12 meses de
 329 convivência, de vivência, de um exercício de um registro provisório. E a gente sabe,
 330 observando várias instituições da cidade aqui ao longo de 30 anos, que 12 meses é um mundo
 331 bem propício para as instituições conseguirem se erguer, se levantar, constituir apoios,
 332 apoiadores, conseguir investimentos em outros conselhos que têm fundo e tudo mais. Então,
 333 eu trouxe esse assunto para a Executiva, não com o intuito de criticar o nosso CMAS, de
 334 forma nenhuma. Avisei a Iara, a Ângela, a Diva, o Juramar, a Vera, a Kátia, todos que
 335 estávamos aqui no dia da Executiva: “Vou falar por desconhecimento, passei muitos anos fora
 336 do CMAS, mas tive essa informação de uma assistente social lá do COMAS de São Paulo”. E
 337 fiquei interessado. “Bom, tem que alterar a lei?”. Eu penso assim, um pensamento de
 338 funcionário de carreira, conselheiro no CMAS de novo, que, cara, eu acho mais pertinente
 339 nós, conselheiros, sugerirmos uma melhoria da lei do que as leis virem de cima para baixo,
 340 seja por vereadores ou por secretários. Eu acho que nós temos interesse de ampliar a rede.
 341 Nós, conselheiros, não é nós, governo. Estou falando aqui como conselheiro do CMAS.
 342 Poderia ser uma forma. Não vejo que isso geraria um aumento orçamentário. É uma regra que
 343 a gente criaria para beneficiar o aumento da rede. Porque, senão, o que pode acontecer, grupo,
 344 e vocês vêem isso ao longo das décadas? Não tem entidade, está dando deserto, está dando
 345 deserto. Faz dispensa. Aí depois vem para nós no conselho A, B, C, D: “Ó, apareceu aqui a
 346 entidade por dispensa”. Mas quem é ela? Dispensa, não tem ninguém. Deu deserto. Então, se
 347 a gente amplia a rede, eu não sei quais instituições pediram registro nos últimos anos aqui, só
 348 sei as desse ano, mas a mim interessou aquilo. E acho que alterar uma lei não pode ser tão
 349 complexa se ela é benéfica para a sociedade, é benéfico para o atendimento. E tudo passaria
 350 pelo CMAS, de qualquer jeito. Passaria pela comissão de normas, passaria pela de políticas,
 351 passaria por todo o circuito, passaria pela Executiva e pode ser reprovado, inclusive, em
 352 sessão plenária. Não se tira o poder do conselho, não se tira as prerrogativas do conselho, mas
 353 a gente daria um voto de confiança para uma sociedade que a gente está vendo, olha quantas
 354 pessoas estão em situação de rua. E por mais que se busque recurso, é insuficiente. Vai ser
 355 insuficiente com esse número de pessoas que estão hoje em Porto Alegre. Então foi esse o
 356 intuito, e jamais de depor contra o conselho ou criticar a nossa mesa e nossos conselheiros.
 357 Foi com esse intuito: ó, tem um conselho que tem e é forte, São Paulo. E se o ministério lá de
 358 Brasília não bate com São Paulo, por que bateria em Porto Alegre? **Igor Silva Mendonça (S),**
 359 **Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB:** Só para fazer um questionamento.

360 Em relação a essa inscrição temporária, ela pode ser regulada por lei municipal ou por
 361 regimento interno aqui do CMAS? **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação**
 362 **Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Eu ia
 363 responder sobre isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 364 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Responde,
 365 Iara. Depois eu estou inscrita. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e**
 366 **Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** A minha primeira fala
 367 responde aquilo que está dentro do nosso contexto hoje. No CMAS não tem previsão para
 368 isso. Eu não disse que não pode. Então, eu não disse que não pode. Quando tu perguntas se é
 369 lei; não, é o regimento, porque é no regimento que está os passos para a inscrição. Então, pode
 370 sim ser alterado. A situação hoje não prevê, mas pode ser alterado. E aí é uma discussão que
 371 precisa ter. Os outros dois itens não. Os dois outros itens não, que é da NOB-RH e da
 372 tipificação. Isso não pode. Mas o resto tem a ver com a questão do próprio conselho. Só isso.
 373 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 374 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu estou inscrita, depois a Diva
 375 pediu a palavra. Pessoal, essa é uma discussão para mim que não é só uma questão legal. Ela
 376 não é uma questão só se pode colocar aqui, se pode botar lá, se é do regimento ou se não é.
 377 Para mim, ela tem todo um processo de discussão e debate de por que na política de
 378 assistência social se apontou que se deveria ter profissionais e não só voluntariado, e o que
 379 que isto significa no atendimento direto à população. Então, por isso que eu estou dizendo,
 380 para mim é uma discussão mais profunda. Ela não é só uma questão da legalidade. E eu
 381 confesso para vocês que eu não sei. Bom, a Iara diz que pesquisou e olhou, enfim, eu não sei,
 382 porque eu volto a dizer, mesmo o regimento do Conselho Municipal ou um decreto do
 383 prefeito ou qualquer coisa do gênero, ele não pode se sobrepor a nenhuma outra lei maior que
 384 esteja estabelecida. Então, eu não sei se tu tem lá na questão da NOB-RH/SUAS, se tu tens o
 385 que estabelece os trabalhadores para que a entidade tenha a inscrição, eu não sei se o
 386 regimento do conselho pode dizer que pode ser provisório, que pode ter um tempo. Eu não sei.
 387 Acho que isto a gente precisaria aprofundar. Inclusive, nós estamos aqui discutindo a questão
 388 da Comissão de Normas em relação às entidades. Eu entendo que se isto é para ser uma pauta,
 389 a gente inclua isto na nossa pauta e aí, então, a gente possa fazer as pesquisas necessárias,
 390 cada um, e aí a gente poder se apropriar disto. Isto para mim é uma questão. A outra questão é
 391 a dispensa do chamamento, da não ter entidade. Não é porque não existem entidades em Porto
 392 Alegre. É porque o recurso que é disponível, muitas vezes, ele é aquém e muitas entidades

acabam não aceitando. A gente viveu isso muito em relação à questão dos alojamentos, que o recurso estava muito aquém do que o serviço poderia ser ofertado. Então isso é uma coisa. E eu me lembro lá da época do orçamento participativo, quando lá na comunidade discutiam o serviço e aí ficava destinado para a entidade. Aí tinha todo o movimento da garantia da entidade. É que hoje não existe mais isso. É por chamamento, é por edital, enfim, por outras questões. Mas volto a dizer que isto para mim é uma pauta. É uma pauta séria, é uma pauta que a gente precisa fazer com muita tranquilidade e, se o conselho está entendendo que a gente precisa fazer, então propomos fazer a discussão e apresentar em plenária.

Almadiwa Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS: Só para esclarecer uma coisa. No regimento está como atribuição do CMAS fazer a inscrição, mas o regramento não é do regimento. O regramento é de uma resolução do Conselho Nacional 14, onde está lá posto como é que se faz e como tem que ser feito. No regimento está lá que o conselho tem essa atribuição de inscrever, mas o regramento é da resolução do Conselho Nacional. Eu acho que se tem essa dúvida, a gente pode fazer uma consulta, porque eu não lembro, e aí eu vou dizer que eu não estou tão próxima das leituras da política, mas venho acompanhando há bom tempo, não sei se tem previsto essa inscrição provisória. Mas se teve alguma alteração, a gente pode ir atrás para pedir essas informações. Nada impede que a gente possa ir ver.

Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES: Eu só quero esclarecer uma coisa. Eu não quero esse ping-pong. Primeiro, eu acho que tu não entendeu. A única coisa que eu disse que pode ser alterada é a questão da inscrição provisória. Eu não falei sobre funcionário por voluntário, que eu citei a NOB e disse que isso não é possível. E quanto ao serviço não tipificado, que também não é preciso alterar. Quanto à inscrição provisória, acho que a Diva deu um encaminhamento importante. Mas existe documento dizendo que existe sim inscrição provisória no CMAS para entidades. Essa inscrição permite que a entidade atue temporariamente enquanto se adéqua às exigências do conselho para a inscrição definitiva. A inscrição provisória tem um prazo de validade, geralmente de 6 meses a 1 ano, e durante esse período a entidade deve buscar atender todos os requisitos necessários. Acho que é bem importante, mesmo...

Almadiwa Gomes do Valle, Secretária Executiva do CMAS: Isso é no CMAS de São Paulo.

Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES: Isso tem no CMAS de São Paulo, tem no CMAS de Santa Catarina. Existem resoluções, e se os CMAS fazem resoluções, eles estão fazendo baseado em alguma coisa. Então, acho que é bem importante a busca dessa questão lá no CNAS, que daí a

gente tem uma questão definitiva. Quanto aos outros dois itens, não há discussão. Não pode ser voluntário e tem que estar tipificado. Só isso. **Jurema Barbosa Silveira (T), Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor, CORAS CRISTAL:** Mas eu acho que é bem importante, sim, a gente não pode deixar em esquecimento, porque hoje aqui mesmo em Porto Alegre tem várias entidades, várias, que estão trabalhando, têm lá um trabalho, mas acaba sendo só tipo um voluntariado, pelo fato de que não tem como contratar. Se conseguir fazer um voluntariado, vai ter como contratar e aí pode ser legalizado. Porque as pessoas estão pagando pessoas do seu próprio bolso, mas não pode assinar a carteira. Eu até teve, eu conversando com uma pessoa, pegou e disse: "Ah, mas pega duas, três pessoas amigas e assina a carteira por 3, 4 meses". Disse eu: "Ah, sou amiga até quando não envolve o dinheiro, e depois elas vão cobrar de mim". Tem casos para se levar até um prédio. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Pessoal, tem duas pessoas que pediram inscrição. Eu sugiro que a gente ouça essas duas pessoas e faça o encaminhamento, tá bem? **Jurema Barbosa Silveira (T), Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor, CORAS CRISTAL:** Eu acho que depois da conferência, a gente pode tirar uma data para a gente aprofundar esse assunto. Não seria para hoje esse tema. Mas já que ele veio, não dá para deixar na gaveta. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Eu vim na pré-conferência, acho que Centro-Sul, Sul, com o Carlos, e ele me falou exatamente como o nosso colega ali da Lomba. Eu penso, nós mesmos, nós temos vários serviços. Temos estagiário, de psicologia, temos advogado, nós temos vários serviços lá, nós temos a inscrição. Eu penso, meus colegas, que o caminho é que nem ele falou. O que eu chamei as advogadas lá e perguntei para elas: "Faz isso, Tânia Mara, chama todas as pessoas, chama as entidades que perderam as inscrições e faz esse caminho"; que nem tu falaste agora, que eu estava conversando com o Carlos: "Ah, Carlos, pensando bem mesmo", então nós vamos fazer um grupo de mulheres, de idosas. A gente vai ter um momento que não tem o conhecimento é assustador. Mas no momento que tu fala com pessoas que têm aquele conhecimento com propriedade, ele te amplia. Aí eu já vim para uma reunião da minha diretoria e falei isso, porque eu tenho coordenadora lá, então, esse é o caminho de quem perdeu as entidades, buscar recurso. Esse é o caminho. **Alexandre Silva dos Santos (S), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Pegando o gancho que a Iara falou ali, pensando em Santa Catarina, São Paulo, acho que era bom ver na prática se está funcionando. E trazer para o conselho. Tem que ver se funciona na prática. **Ângela**

Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Pessoal, então, para este ponto que acabou meio que entrando aí, porque sim foi demandado nas pré-conferências, então fica o encaminhamento do Conselho Municipal de Porto Alegre, então: fazendo uma consulta ao Conselho Nacional de Assistência Social sobre inscrição provisória de entidades. É isso?

Alexandre Silva dos Santos (S), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social: O funcionamento na prática.

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: É que o funcionamento na prática só em São Paulo e Santa Catarina. A gente teria que ver inclusive qual é o município, porque São Paulo é enorme.

Carlos Fernando Simões Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: É a capital?

Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS: Sabe o que eu tenho dificuldade com verdades e meias-verdades? Quando eu estava no ensino médio, tinha uma professora que me dizia: “Juramar, não faz o recorte, vai a fundo lá no fundo e vê tudo isso e vem para cima. Não recorte e começa a partir do recorte”. Como é que estão as entidades que executam o trabalho em Porto Alegre? Como é que elas estão? Por que fizeram o marco regulatório? Tem um monte de pergunta que também ela impõe condições. E aí tu vir com assim, uma questão, e aí eu estou falando como controle social, de que tu tem que fazer o controle, tu abrir, e aí vamos falar a verdade. O serviço da assistência social em Porto Alegre, ele é precarizado já faz há muitos anos. E ele vem numa desconstrução. E aí tu tem a questão das entidades. Agora se traz essa questão do COMUI e do CMDCA e da questão dos recursos para as entidades. Quais entidades que estão absorvendo esses recursos? As pequenas ou as grandes? Quando tu fala nessa inserção de novas entidades, como é que são essas entidades mesmo? Aqui semana passada ainda teve uma moça, entrou aqui na sala bem positiva, e queria fazer a inscrição. E aí a doutora Jucemara foi conversar com ela. Mas eu fico pensando assim, na representação do usuário aqui, o foco é a questão da inscrição das entidades. Eu tenho receio da questão de como é que esse usuário vai ser tratado. Da onde vêm os recursos para pagar isso? E aí não, não vão e aí eu não estou falando de voluntário, eu não converso com voluntário na questão do trabalho social. Isso é uma questão da entidade. Se ela tem voluntário, tudo bem, mas se ela vai executar o trabalho da assistência social, ela tem que pagar quem vai executar. É isso.

3. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:

- **FEAS – Estadía Solidária**

- **FNAS – PSE – Casa de Passagem**

- **FNAS – PSE recurso para elevador da Unidade localizada na Rua Souza Reis.**

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Está bem, pessoal. Feito o encaminhamento, tá? Então, depois, depois a gente, então, retoma, tá? Vamos para o nosso item 3 da pauta, que é sobre a Comissão de Fiscalização. Nós temos vários itens da Comissão de Fiscalização, que eram itens da reprogramação de recurso. O primeiro que a gente vai trazer é o recurso do FEAS, que é do Fundo Estadual de Assistência Social, que é sobre a questão da Estadia Solidária. Lembram quando veio para cá a discussão da Estadia Solidária, que era para atender x número de famílias, aquelas famílias que se credenciaram, enfim? Então, o que aconteceu? Teve um recurso para reprogramação. Reprogramação é um recurso que não foi utilizado lá e que agora, então, ele é solicitado para ser utilizado. E aí qual é a proposta que veio? A proposta foi que tivesse a alteração do CPF, a alteração de famílias, que outras famílias pudessem entrar para receber, então, esse recurso do Estadia Solidária. Uma dúvida da Comissão de Fiscalização, que quase lá no final do que a gente estava discutindo, era de que não podiam ingressar novas famílias. Daí se fez o questionamento, veio esse questionamento, então, do retorno do estado apontando a possibilidade de alteração do CPF dos beneficiários. Neste sentido, então, a Comissão de Fiscalização foi de parecer favorável em relação ao recurso do FEAS. Alguma pergunta em relação a isto? Todo mundo compreendeu? Ou seja, um recurso que ficou, que será destinado, vai continuar o mesmo objeto, a mesma questão, só vão ser incluídas outras famílias. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS:** Eu só queria registrar uma coisa. Que hoje eu tive a informação de que muitos já fecharam os 12 meses e que fechou. Não recebem mais. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Nesta sobra tem a possibilidade de colocar outra. Então, pessoal, em votação, aqueles conselheiros, então, que concordam com o parecer favorável da Comissão de Fiscalização para que o recurso do FEAS seja estendido a outras famílias, outros beneficiários, por favor, levantem o crachá. Pode baixar. Contrários? Abstenções? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Agora a gente tem o recurso Casa de Passagem. Bom, a comissão, esse recurso aqui é aquele que, numa plenária até se conversou, que era um recurso que era para os imigrantes, era os venezuelanos, e aí depois teve a possibilidade de abrir também para outros públicos. Então, a proposta, então, é deste recurso do Fundo Nacional da PSE, então, sobre a questão da Casa de Passagem. E aí foi feito

um aditivo 100% para que então pudesse ser executada essa Casa de Passagem. Qual era a dúvida que a comissão tinha? Porque a gente sabia que o aditivo, ele tinha um percentual do qual ele poderia ser repassado, que era os 30%. Solicitamos essa informação, nos foi apresentado um decreto municipal, que é um decreto que trata, em se tratando de calamidade, então é possível fazer o aditamento 100%. Então, a comissão foi de parecer favorável, porém, a gente solicitou à nossa assessoria jurídica que fizesse uma análise junto ao marco regulatório, se isto está ok, essa questão do aditivo ser 100%. Por que a gente solicitou isto? Para que este conselho tenha o respaldo jurídico sobre uma deliberação que a gente está fazendo depois. Então, a gente encaminhou a aprovação e depois, então, a gente terá a apresentação desta, deste parecer jurídico. Alguma dúvida? **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Eu tenho. Me corrige se eu estiver errada. Se precisa ter o olhar da Doutora Jucemara, por que veio para a pauta hoje? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Porque teve uma apresentação de um decreto municipal, onde esse decreto municipal estabelece que pode ser feito um aditivo 100%. Nós só vamos pegar isso e fazer uma análise junto ao marco regulatório, que é para a gente ter aqui um instrumento legal respaldando a nossa aprovação. Se vier alguma coisa, bom, daí nós vamos rediscutir, mas em princípio é isso. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Então, se eu te entendi, se eu não estiver errada. Veio, tem que ter o olhar na Doutora Jucemara, veio para pauta para a plenária aprovar ou não aprovar. Por que veio para a pauta? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Porque teve, vou te repetir. Vou te repetir porque pode ser uma dúvida de outros. Por quê? Porque existe um decreto aonde o prefeito fez um decreto municipal e aonde ele estabelece que, em períodos de calamidade, o aditivo pode ser de até 100%. Nós ainda estamos num período de calamidade, porque o decreto ainda está vigente, ele ainda está funcionando. Então, o que nos foi apresentado é o decreto. Então, foi apresentado para a comissão que: “Ó, podemos fazer”. E por isso o parecer favorável. A questão jurídica é um respaldo para este conselho. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Só uma coisa, os 30% está estabelecido dentro do termo de parceria, não está na 13.019. é uma invenção. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Na verdade, o termo de colaboração que estabelece todas essas relações de parceria,

ele tem lá esses 30% e é baseado nesses 30% que foi solicitado e que nós, enquanto gestão, apresentássemos aí a base legal para poder firmar a parceria com a outra organização. Com a mesma organização no mesmo objeto. No ano passado, a PGM foi consultada e foi dado um parecer, e na sequência houve um decreto do Prefeito regulando essa situação. Então, na verdade, o que a gente apresentou aqui foi essa regulação. Na hora que a gente apresentou a regulação, houve ainda um questionamento sobre o contraponto em relação ao 13.019, que foi isso um pouco que a Iara já trouxe. Porque na 13.019 não fala nada sobre o percentual de aditamento. Mas para ficar o conselho com mais segurança de tomar a decisão, foi pedido, então, que a assessoria jurídica pudesse fazer esse parecer. É mais uma situação, vamos dizer assim, para deixar mais tranquilo para o conselho tomar a decisão. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Entendido agora, depois que a Vera falou? Então, tá bem. Em regime de votação, aqueles conselheiros então que aprovam o parecer da comissão, por favor, levantem o crachá. Obrigado, pode baixar. Contrários? Abstenções? Então, **APROVADO O RECURSO DA CASA DE PASSAGEM.** Vamos agora, então, que é o recurso para o elevador da unidade localizada na rua Souza Reis. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** O elevador saiu da pauta. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Heloisa, como o e-mail já tinha ido para os conselheiros e esta pauta já estava, a gente não tinha como retirar. Então, a comissão vai justificar o porquê que nós estamos retirando da pauta hoje, então, a aprovação da questão do elevador. Até hoje pela manhã, a dúvida da Comissão de Fiscalização era, e tenho os outros conselheiros aqui que são da Comissão de Fiscalização, por favor, se eu não estiver me fazendo entender, me ajudem. Até hoje de manhã, a dúvida era sobre a questão do laudo técnico, a existência de um laudo técnico que dissesse: “Ok, esse elevador pode ser construído”. Então, foi chamado o engenheiro, o engenheiro Hélio, ele esteve na reunião da comissão hoje pela manhã, e o engenheiro começou a apresentar todas as questões do prédio e, entre a apresentação dele, ele disse que este prédio, desculpa, este elevador, a construção do elevador, estava prevista no recurso do BID. E que inclusive a construção do CRAS Glória também estava previsto no recurso do BID e que inclusive tinha sido feito já um acerto com o orçamento participativo que estaria emprestando o recurso do orçamento participativo e quando viesse o recurso do BID, esse recurso retornaria para o orçamento participativo. Nesta linha, nós fizemos o questionamento de por que estaríamos utilizando o recurso da

reprogramação do governo federal, que é o único recurso que este conselho incide, para a construção deste elevador na medida que teria a previsão dela. Nos foi dito que ele tem a previsão e que é para 2027. O que a gente apontou foi o seguinte: nós tiraremos ele da pauta até que se discuta com a gestão da FASC para que esteja garantido que quando esse recurso chegar, ele também retorne para o Conselho Municipal de Assistência Social para deliberação. Neste sentido, a comissão não tirou o parecer em relação à utilização deste recurso. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretária Municipal de Assistência Social - SMAS:** Eu só queria fazer uma observação sobre isso. Hoje essa questão da acessibilidade, ela é uma necessidade importante. Aquele prédio tem 3 andares e ele precisa, se a gente pensa numa ideia de poder realmente democratizar o acesso às pessoas, receber idosos, receber pessoas com necessidades especiais, a gente precisa ter lá um elevador. Eu gostaria de fazer esse registro, independente do que possa ser ajustado na sequência em relação aos recursos. É importante isso que tu trazes, Ângela, que o recurso, ele só vai, o recurso do BID tem uma previsão de entrar somente em 2027, o que é muito tempo. Nós teremos um espaço organizado sem poder utilizar para as pessoas com necessidade de acessibilidade porque não vamos ter o elevador. É importante que a gente possa na sequência, Ângela, trazer para a comissão de políticas, a comissão de fiscalização, fazer esse acordo, talvez numa próxima reunião com o secretário, onde a gente possa fazer um combinado acerca do momento seguinte esse recurso podendo ser utilizado, podendo ser decidido, deliberado aqui pela plenária do CMAS. Porque não dá para ter um prédio da grandeza que é aquele prédio que está previsto lá sem ter a garantia de acessibilidade. Faço esse registro. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu vou colocar até o que eu coloquei na reunião hoje de manhã. Eu acho que essa é a maior luta que a gente tem em vários equipamentos da assistência social. Nós temos vários CREAS, nós temos vários CRAS que não têm acessibilidade. E quando veio essa questão da possibilidade deste recurso foi uma das questões que inclusive a gente elencou. Sim, a gente entende que a acessibilidade é importante, é fundamental, inclusive cheguei a dizer que ela é tão prioritária que inclusive o governo municipal poderia utilizar o seu recurso, lá do da conta lá do município específica, para daí quando viesse do BID também teria o recurso. Então também a gente apontou isso. Mas o que a gente enquanto comissão quer é a possibilidade de que esse recurso seja destinado para que outros equipamentos também garantam a acessibilidade, até porque era uma questão de todas as visitas que se fazia naquele prédio da Souza Reis e muitos outros,

como Dias da Cruz e outros que tem, é apontar a própria questão da acessibilidade. Então sim, é uma preocupação dos conselhos, sim, é uma preocupação nossa, mas não única e exclusivamente com o equipamento, e sim com todos. E acho que daí aqui também fica o registro para que a gestão também pense nesses outros espaços que precisam também da acessibilidade. Alguém quer...? Tânia? **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS - CORAS Eixo Baltazar:** Eu gostaria de perguntar para a mesa. Esse elevador da Souza Reis, quem é que usa esse espaço, esse equipamento? Quem é que usa? É o os usuários? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Ele será para Casa de Passagem, Tânia. Não está funcionando ainda. Ele será para a Casa de Passagem que foi o que a gente aprovou aqui antes. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS - CORAS Eixo Baltazar:** A Casa de Passagem quem é que vai ser os usuários que vão ocupar? **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Quem gerencia é o Núcleo de Acolhimento da secretaria. Tem um Núcleo de Acolhimento que recebe as demandas de várias instâncias e faz o gerenciamento. É famílias, imigrantes, famílias, imigrantes. E aí nas famílias tem crianças, tem, enfim, adultos com necessidades especiais. É um público bastante variado. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS - CORAS Eixo Baltazar:** Também, uma sugestão minha, Tânia Mara, Eixo Baltazar. Eu penso que tem que ter uma discussão sim com o secretário e também fazer o secretário, a discussão, trazer para ele, porque a Vera tem bastante propriedade na política da assistente, tanto ela quanto a Iara para os dois da mesa que estão ali, que entende bem, e trazer para o secretário quem é que vai ser o usuário desse equipamento. E os outros equipamentos que precisam? Fazer uma divisão então, Ângela. Mas eu penso assim, se é para os usuários esse equipamento e é necessário ter esse elevador, nós vamos ter que ter um olhar sim. É para os usuários. Prazer pro secretário, trazerem pra mesa aí, mostrar os outros equipamentos que precisam também, sabe, Ângela? Mas eu penso que nós devemos ter esse olhar. Falo tanto em usuário e o usuário quando chega as coisas para o usuário, a gente tem que ter aquele olhar. Ó, secretário, tal lugar falta isso, tal lugar falta aquilo, trazer para ele. Essa é a minha opinião, Tânia Mara. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Obrigada. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS Humaitá/Navegantes:** Eu tenho dificuldade em alguns momentos de fazer determinadas discussões. Primeiro que a Casa de

657 Passagem está dentro da política da assistência social, os usuários serão os nossos usuários,
658 certo? Segundo, eu concordo plenamente que tem equipamentos que precisam. Esses
659 equipamentos foram implementados, sobreviveram, estão aí e tem uns aí com uns remendos,
660 umas rampas que ninguém consegue subir, nem a gente que ambula direito não consegue
661 subir e coisas assim. Concordo plenamente. Só que nós não podemos, e aí é uma opinião
662 minha, certa ou errada, e eu não acredito que eu esteja de todo errada, quer dizer, se aqui não
663 tem, nós não vamos botar aqui. Não dá para ser, não tem para todo mundo. O cobertor é curto,
664 então se o cobertor não servir para cobrir os pés e a cabeça, então eu fico sem cobertor. Eu
665 acho que não pode ser dessa forma. Devo dizer para vocês que aquele prédio, ele foi utilizado
666 durante mais de 15 anos por uma instituição, uma instituição que era o Emanuel, que acolhia
667 pessoas com deficiência, que eu fiz várias visitas e vários apontamentos lá porque as pessoas
668 não podiam nem subir, nem descer. Tinha gente acamada que passava 3 anos lá em cima
669 porque não tinha como descer. E a gente apontou isso. A gente apontou essa necessidade. São
670 e tem um detalhe, é um equipamento do município. Não é de uma entidade. Ele foi retomado
671 da entidade, que usou muito tempo, mas o equipamento, ele está dentro do material da
672 Secretaria, era patrimônio da FASC. Então não se trata de colocar um bem dentro de um
673 equipamento de uma outra instituição. Nós precisamos começar. Não haverá liberação do
674 equipamento sem elevador, porque nós corremos, nós vamos ter um espaço que nós já
675 liberamos o recurso aqui para fazer a reforma. 167.000, nós liberamos aqui para fazer a
676 reforma toda. E o elevador ficou para depois porque nós queríamos mais detalhes a respeito
677 disso. Então, o que se discute agora é de que bolso vai sair. Eu acho que sim que a gente pode
678 condicionar, solicitar a liberação e condicionar que se tenha essa coisa, como veio essa
679 informação, que veio um recurso do BID, coisas assim, que assim que esse recurso esteja
680 disponível, ele seja, ele retorne para o fundo da assistência para alguma outra, alguma outra
681 ação que fique determinada, nem que seja para acessibilidade de um determinado CRAS. É
682 nesse sentido que eu falo. Quer dizer, hoje nós temos, nós temos a necessidade de Casa de
683 Passagem. Nós temos necessidade de Casa de Passagem. Nós não temos espaço para famílias.
684 O que está acontecendo hoje na cidade é que se está, quando é famílias, homem, mulher e
685 criança, se está separando. As mulheres, as mulheres e crianças estão indo para a Casa Lilás e
686 os homens estão indo para o albergue. E o que eu quero só concluindo, isto, pessoal, é muito
687 importante, principalmente na questão do migrante. O migrante venezuelano, ele,
688 principalmente o venezuelano, eles têm aquela coisa das famílias serem muito unidas. As
689 crianças serem muito mais vinculadas ao pai do que à mãe. E aí começam os conflitos, que daí

o que é que acontece? O homem está no Centro Pop, aí eles querem se encontrar e tu não consegue fazer um plano de saída dessa situação, entendeu? Quando tu pode fazer o plano em conjunto numa Casa de Passagem, que é o lugar onde seria uma moradia provisória. Então, a minha defesa é em relação a isso. Eu não estou dizendo que não seja prioridade a sensibilidade dos outros lugares, mas como não temos para todos, nós vamos ter que elencar o que é primeiro. Era essa a minha posição. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, Coras Glória:** A comissão não se opôs a nada, o laudo técnico veio, tem identificação e a parte elétrica, o elevador, ok. A gente só quer condicionar que esse dinheiro retorne para ser discutido neste conselho. É só isso. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Temos um acordo. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** É só fazer esse acordo. A sugestão da comissão é que se faça esse acordo com a secretaria e está tudo ok. O resto é não estamos tirando nada de usuário, entendemos a necessidade e a importância de se ter. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu estou inscrita. **Jurema Barbosa Silveira (T), Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor, CORAS CRISTAL:** Neste primeiro momento a gente empresta o dinheiro e ele devolve com juros. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Pessoal, primeiro eu quero pedir desculpa para a plenária porque eu acho que eu não estou conseguindo me fazer entender hoje, acho que eu estou com alguma dificuldade aí. Pode ser só minha, mas vamos lá. Acho que a Casa de Passagem é isso, já foi dito para a Tânia, é para as famílias, enfim, inclusive aprovado por nós. O que nós aprovamos foi o recurso para trocar toda a fiação porque teve os roubos, enfim, tudo mais, então foi isso. A questão da exigência do elevador foi colocado pelo técnico hoje de manhã que não tem exigência, são 3 andares, então não teria uma obrigatoriedade da lei, mas a acessibilidade é o que teria. Então, é por isso que funcionou todo esse outro tempo. E assim, não se está falando que, primeiro essa questão da cobertura curta, a gente tem que ver sempre aonde e qual é a política que a cobertura é curta, que os pés ficam de fora. Quais são as políticas? Porque tem algumas políticas que o dinheiro tem, seja para ter eventos internacionais aí, tem muito dinheiro para ser colocado. Então, a cobertura curta aí vamos ver para que lado é, primeira questão. A segunda questão é o seguinte, a gestão perdeu um recurso para uma Casa de Passagem no ano passado. Esse recurso foi devolvido. Então, gente, me

723 desculpem, mas assim, vamos lá, vamos fazer uma fala, mas vamos ter presente também todas
724 as questões que a gente vem discutindo aqui. Então, nenhum conselheiro aqui tem dúvida da
725 importância da Casa de Passagem. Inclusive, queremos que os albergues sejam casas de
726 passagem e estamos brigando para que sejam casas de passagem, né? Então, não dá para vir
727 projeto para cá apontando mais albergue, tem que apontar Casa de Passagem, porque é isso
728 que é o serviço tipificado e como a Iara disse no início, o que é tipificado é tipificado, a gente
729 não pode mudar. Então, acho que está se tratando disso. O que a comissão quis fazer é garantir
730 que pelo menos a gente tenha um recurso para que a gente possa incidir. Porque esses 400.000
731 virão para o caixa da Prefeitura, mas não virão para este conselho se nós não colocarmos isso.
732 E me perdoem, eu não sei se só com o aval do secretário nós vamos garantir que ele venha.
733 Porque e quero dizer isso muito baseado quando a gente aprovou o reordenamento na Câmara
734 de Vereadores, que todo o recurso era para vir para a assistência social. Para onde é que foi
735 parar? No caixa da Prefeitura e nós nunca mais vimos e não conseguimos inclusive chamar os
736 concursados porque o recurso caiu lá no caixa único. Então se esse conselho delibera sobre
737 esta política, vamos usar desta ferramenta que a gente tem. E foi por isso que a comissão disse
738 que nesse sentido não daríamos o nosso parecer, retirá-íamos da plenária para no mínimo
739 tentar garantir que esse recurso venha para a gente discutir. Porque daí sim, nós vamos poder
740 atender outros equipamentos que não têm acessibilidade. Ok? Desculpa o desabafo, mas é que
741 às vezes a gente precisa lembrar algumas coisas. Tá? Vamos lá então para o próximo item.
742 Agora sim, vamos lá, muita calma nessa hora, que é o recurso do Fundo Nacional de
743 Assistência Social de reprogramação de carros. Aí é reprogramação da PSB, primeiramente.
744 Eu não sei se vocês estão lembrados de uma plenária que a gente teve aqui que a gente trouxe
745 um *ad referendum* aonde a Executiva tinha deliberado a questão dos carros. Quando esse *ad*
746 *referendum* chegou aqui, a gente se deu por conta de que era da conta da calamidade. Naquele
747 momento, a gente não fez o *ad referendum*, saiu uma resolução de não homologação do *ad*
748 *referendum*, porque a prestação de contas da calamidade ainda não foi analisada para trazer
749 para a plenária aprovar ou reprovar. Neste sentido, naquela plenária ficou o seguinte
750 encaminhamento: que a gestão retornaria para ver de qual conta sairia esse recurso para então
751 voltar e a gente aprovar. Entraram todas as outras urgências, que é o que a gente vem tocando,
752 e a nossa assessoria técnica foi fazer ali um passar um pente fino, fazer uma avaliação do
753 afinal de contas, o que é que nós já tínhamos aprovado, o que é que nós não tínhamos,
754 inclusive o FEAS que a gente estava um pouco perdido. Quando a gente viu isso, a gente viu
755 que teve um erro. O documento que veio para o CMAS, ele veio com um erro que ele

colocava a resolução da calamidade, mas o recurso não era daquela resolução. E essa questão dos carros ficou parado durante este tempo, porque nós estávamos trabalhando com a informação da Resolução 82/2024. Hoje pela manhã a comissão se reuniu, tiramos todas as dúvidas, a nossa assessoria inclusive viu as contas, a gente abriu. E a comissão trouxe para pauta, isso não está na pauta de vocês, mas considerando a urgência, a comissão então trouxe para vocês a questão da reprogramação dos carros da PSB, que são os carros do CRAS. Eu vou ler e se ficar dúvida, vocês perguntam. Então, parecer da comissão referente à conta 61735, que é da prestação da Proteção Social Básica. A comissão é de parecer favorável à reprogramação da PSB dos carros para os CRAS Partenon, Restinga Velha, Quinta Unidade, Sul, Glória. Esse recurso é da conta 61735, considerando que a planilha da reprogramação estava com a resolução 82 de 2024 da calamidade e esta prestação de conta ainda não analisada, causando o atraso na análise da deliberação desta reprogramação. A comissão, revisando as reprogramações, identificou o erro e que a conta é da PSB e não da calamidade. Então a gente solicitou que fosse encaminhado para a plenária do dia de hoje. É esses, né Vera? **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Sim, esse aqui é. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, conselheiros dos territórios do qual a gente citou o CRAS, hoje estão sendo aprovados por... **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Não, 10 meses. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** 10 meses. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** O CRAS Glória é 10 e depois tem mais 3. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Pessoal, vamos fazer a votação, então, primeiro desta conta que é a conta 61735, dos CRAS, vou repetir que é para ficar em ata para depois a gente não ter dúvida: CRAS Partenon, Restinga Velha, Quinta Unidade, Sul, Glória. O Glória tem duas destinações. Ele tem uma destinação que é 10 meses e depois tem uma outra destinação que é 3 meses, mas todos desta conta. Então, o CRAS Glória teve uma destinação mensal de 15 parcelas. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Não, 13. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** 13, desculpa, já contei errado. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:**

789 Faltou o CRAS Norte. O CRAS Norte está junto com a Glória, Partenon. **Ângela Maria de**
 790 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social –**
 791 **FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Norte, Partenon, Restinga Velha, Quinta Unidade, Sul
 792 e Glória. E o Glória duas vezes. A gente conta duas. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, fechou.
 793 **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Era
 794 o Norte que estava faltando. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 795 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Era o Norte
 796 que estava faltando. Pessoal, então, em regime de votação, aqueles conselheiros que
 797 concordam com o parecer favorável da comissão referente... **Kátia Patrícia de Oliveira (T),**
 798 **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Faltou ainda nesse daí. Faltou o CRAS
 799 Norte. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 800 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Norte, Partenon, Restinga Velha,
 801 Quinta Unidade, Sul, Glória, no período de 10 meses, e o Glória mais 3 meses. Agora, em
 802 regime de votação, aqueles conselheiros que concordam com o parecer da comissão favorável
 803 à reprogramação da PSB, conta 7392x, para os CRAS Cruzeiro, Nordeste, Lomba e Santa
 804 Rosa, por favor levantem o crachá. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal**
 805 **de Assistência Social - SMAS:** 10 meses. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
 806 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA**
 807 **01:** Pode baixar. Contrários? Abstenções? Então, **APROVADO O RECURSO DOS**
 808 **CARROS.** No final a gente se entende. Bom, aí a gente tinha o recurso para os carros dos
 809 CREAS, que aí é a reprogramação da PSE. Só que estes carros, que era o CREAS Centro-Sul,
 810 CREAS Eixo Baltazar, CREAS Leste, CREAS Lomba do Pinheiro, estes, esses 4, esse sim, a
 811 conta que foi apresentada era a conta da calamidade. Então, o que a comissão fez hoje de
 812 manhã, como a gente tem membros do governo na comissão, a gente solicitou que, se até a
 813 plenária a gestão conseguisse apresentar uma outra conta que não a conta da calamidade para
 814 dar conta deste valor, a gente encaminharia para a aprovação. Então, a gestão trouxe uma
 815 outra conta que não é a conta de calamidade. Então, vamos lá. O que a comissão disse: em
 816 relação aos carros do CREAS, a reprogramação PSE, essa se refere à conta calamidade 73938.
 817 A comissão sugere, conforme aprovado em plenária, que a gestão apresente o recurso de outra
 818 conta, garantindo que os CREAS tenham carros. Se a troca da conta for apresentada até o
 819 início da plenária de hoje, a comissão apresentará o parecer favorável. Então vamos lá. Então,
 820 em regime de votação, aqueles conselheiros que concordam com o parecer favorável da
 821 comissão de fiscalização referente aos carros CREAS da conta 73911, do CREAS Centro-Sul,

822 CREAS Eixo Baltazar, CREAS Leste e CREAS Lomba do Pinheiro, por favor, levantem o
823 crachá. Pode baixar. A minha solicitação é que esses números das contas façam parte da
824 resolução para que depois outros conselheiros não se percam. Fechamos. **Almadiwa Gomes**
825 **do Valle, Secretária Executiva do CMAS:** Deixa eu só dar o retorno da pré-conferência.
826 Informe. Pré-conferência, sistematização. Pessoal, então, assim, no Google Forms, as duas
827 regiões, respondendo para a Heloísa, está Cruzeiro e Glória. Vocês vão colocar os delegados,
828 a lista de delegados das duas regiões, então, vai ter como colocar tanto para trabalhador,
829 usuários e entidades. Vocês vão enviar uma vez só, mas vocês vão poder alterar se tiver que
830 ter algum ajuste. Erraram a proposta, enfim, alguma coisa, algum erro, vocês vão poder fazer
831 as alterações. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores**
832 **da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Mais alguém tem algum
833 informe? Então, estamos encerrando a nossa plenária no dia de hoje às 16:02.
834 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Assistência*
835 *Social, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº*
836 *225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*